

**NÃO
ACREDITE
EM TUDO O QUE PENSE**

Mitos do senso comum
na era da austeridade

Coordenação:
José Soeiro, Miguel Cardina
e Nuno Serra

LISBOA:
TINTA-DA-CHINA
MMXIII

Temos vivido acima das nossas possibilidades?

Ana Cordeiro Santos¹

É dominante o discurso segundo o qual temos vivido acima das nossas possibilidades. Neste discurso refere-se com frequência o recurso excessivo ao crédito por parte das famílias portuguesas, associado a consumos como a troca frequente de carro e as férias em destinos paradisíacos, antes restringidos aos mais ricos, mas entretanto vulgarizados.

A ideia de que andámos, todos, a viver acima das nossas possibilidades não é verdadeira. Como tão-pouco é verdade que a generalidade dos portugueses se endividou por almejar, irresponsavelmente, um estilo de vida consumista. Mas esta ideia falsa não é nem ingénua, nem inócua. Ela contribui para a aceitação de que a grave crise que atravessamos — e a degradação generalizada das condições de vida — é da nossa responsabilidade, sendo por isso chegada a hora de todos pagarmos a fatura.

¹ Este capítulo é uma versão atualizada do artigo publicado no *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa) em julho de 2011 e que divulga resultados da investigação desenvolvida no projeto científico BEHAVE — uma abordagem comportamental à tomada de decisão de crédito ao consumo, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/PSI-PSO/114257/2009).

A dívida das famílias não é apenas portuguesa

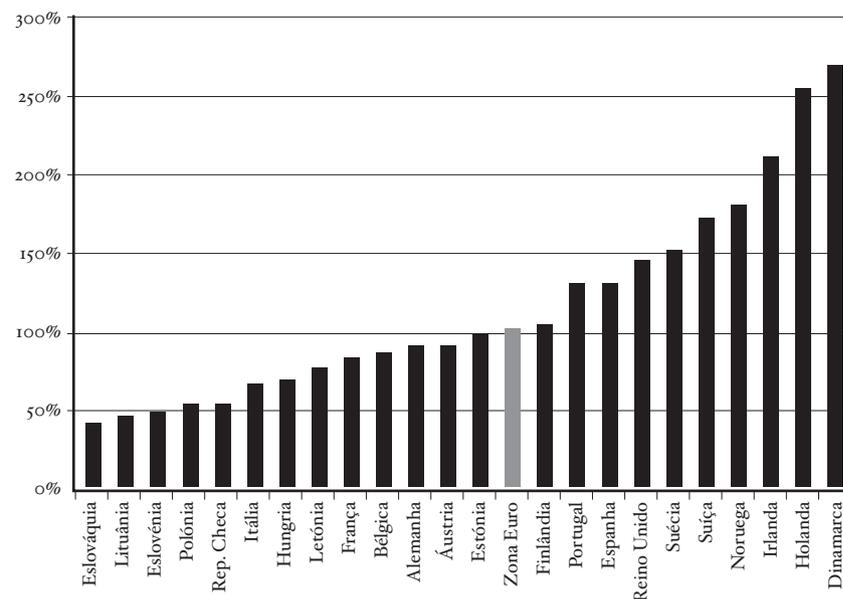
É certo que as famílias portuguesas se endividaram ao longo das duas últimas décadas e que este endividamento cresceu a um ritmo muito acelerado. Entre 1995 e 2009, a dívida das famílias portuguesas, medida em percentagem do seu rendimento disponível, aumentou de cerca de 35 por cento para 131 por cento, o mais alto valor de sempre, tendo vindo a cair desde então e atingindo 128 por cento em 2010, um valor que se encontra acima da média para a Zona Euro, que é de 99 por cento¹.

O que geralmente não se refere é que o endividamento das famílias é um fenómeno que atravessa as economias capitalistas mais avançadas, fazendo parte de um processo mais vasto de extraordinário crescimento do setor financeiro, em resultado de políticas neoliberais de privatização dos bancos, de abolição dos controlos de capitais e de desregulamentação dos mercados financeiros, que não atinge apenas as economias e as empresas, mas também as famílias, através das suas atividades correntes de consumo e de poupança².

Tal como tão-pouco é referido que, no contexto da UE, não são os países do sul os que se encontram mais endividados. Como ilustra o Gráfico 1, os níveis de endividamento

mais elevados, em 2010, registam-se nos países do centro e norte da Europa: Dinamarca (267 por cento), Holanda (253 por cento), Irlanda (208 por cento), Noruega (178 por cento), Suíça (149 por cento) e Reino Unido (144 por cento)¹.

Gráfico 1: Endividamento das famílias em 2010 (% do rendimento disponível)



Fonte: Eurostat

¹ Eurostat: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=teco0104&plugin=1> [acedido a 26 de novembro de 2012].

² Ver, a este propósito, Gerald A. Epstein (2005), *Financialization and the World Economy*, Edward Elgar Aldershot, Ismail Erturk *et al.* (2007), «The democratization of Finance? Promises, outcomes and conditions», *Review of International Political Economy*, 14: pp. 553-75.

¹ Eurostat: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=teco0104&plugin=1> (acedido a 26 de novembro de 2012).

A evolução da dívida das famílias portuguesas é portanto, em grande medida, o resultado de uma política europeia de liberalização dos mercados monetários e financeiros nacionais, com vista à criação de uma união monetária entre países muito diferentes, da qual Portugal fez parte desde o início e que tornou o crédito mais acessível para a generalidade das famílias europeias.

De facto, não só a eliminação progressiva dos limites de crédito tornou mais fácil a concessão de crédito por parte das instituições bancárias, como a participação de Portugal na área do euro também permitiu que os bancos portugueses acessem ao mercado de financiamento internacional, nomeadamente ao mercado interbancário do euro. O que permitiu uma acentuada descida das taxas de juro, tornando o crédito mais acessível a um conjunto cada vez mais vasto de famílias.

A dívida das famílias não se destina ao consumo

O endividamento está fundamentalmente relacionado com a política habitacional pública, que se concentrou de forma quase exclusiva no apoio à compra de habitação própria, através de um sistema de crédito bonificado e de um conjunto de incentivos fiscais favoráveis (por exemplo, deduções fiscais para as contas poupança-habitação). E isto ocorreu no contexto de uma praticamente inexistente política pública de arrendamento, com escassez de casas para arrendar e, portanto, rendas elevadas para os alojamentos

disponíveis¹. Em 2010, os empréstimos à habitação representavam cerca de 80 por cento do total da dívida das famílias². Em vez de sinónimo de irresponsabilidade, a aquisição de casa própria com recurso ao crédito tornou-se a opção mais viável e racional, tendo em conta a ausência de verdadeiras alternativas e o facilitado acesso e baixo custo do crédito, para não mencionar a legitimação conferida pelo forte apoio público. Atualmente, cerca de 75 por cento das famílias portuguesas são proprietárias da habitação onde residem, um valor acima da média europeia, que se situa nos 70 por cento³.

Embora o nível de endividamento das famílias portuguesas tenha crescido muito nas últimas duas décadas, a fração de famílias que participa no mercado de crédito é relativamente circunscrita. Em 2010, apenas 38 por cento das famílias portuguesas estavam endividadas, sendo que cerca de 25 por cento tinham empréstimos à habitação, cerca de 13 por cento empréstimos não garantidos por imóveis, 8 por cento dívidas associadas a cartões de crédito ou descobertos bancários, e 3 por cento hipotecas sobre outros imóveis que não a habitação onde residem (ver Gráfico 2)⁴. Estes valores colocam Portugal numa posição intermédia no conjunto dos países da área do euro para os quais existem dados comparáveis, verificando-se o

1 Ver a este propósito Maria Manuel Marques *et al.* (2000), *O Endividamento dos Consumidores*, Coimbra: Almedina.

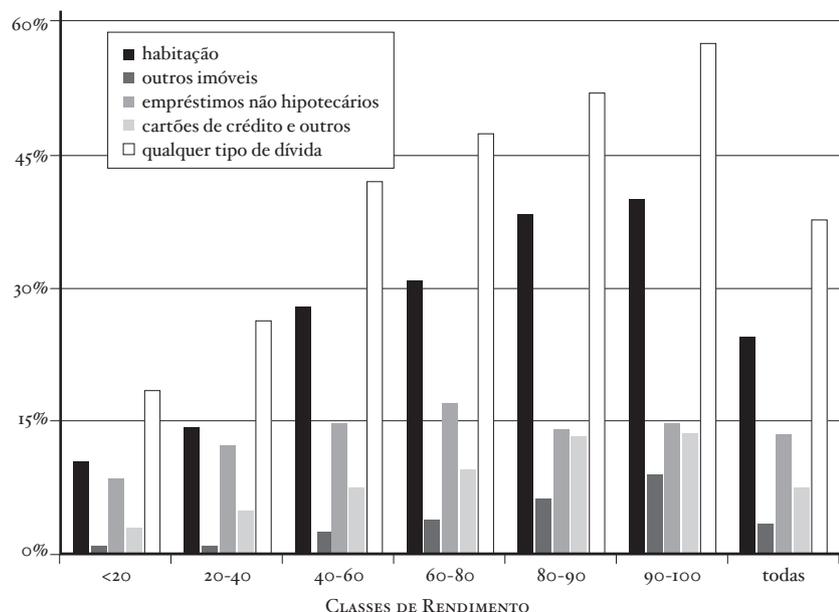
2 Banco de Portugal e Instituto Nacional de Estatística (2012), *Inquérito à Situação Financeira das Famílias*, Lisboa: Banco de Portugal.

3 Eurostat: <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do> (acedido a 26 de novembro de 2012).

4 Banco de Portugal e Instituto Nacional de Estatística (2012), *op. cit.*

valor máximo (39 por cento) de dívida hipotecária nos Países Baixos e o valor mínimo (12 por cento) na Itália¹.

Gráfico 2: Famílias com dívida por classes de rendimento e tipo de dívida (2010)



Fonte: Bdp/INE

Nota: A coluna «qualquer tipo de dívida» representa a percentagem de famílias endividadas, independentemente do tipo e número de dívidas que detenham. As outras colunas representam a percentagem de famílias endividadas para cada tipo de dívida.

¹ European Central Bank (2009), «Housing finance and households' financial situation», in European Central Bank (org.), *Housing Finance in the Euro Area*, Frankfurt: BCE.

O Gráfico 2 também mostra que, em 2010, a dívida se concentra nos estratos de maior rendimento, sendo a participação no mercado da dívida de cerca de 18 por cento para as famílias de mais baixo rendimento (isto é, para os 20 por cento de famílias com menor rendimento) e de cerca de 57 por cento para as famílias de rendimento mais elevado (isto é, para os 10 por cento de famílias com maior rendimento). A participação neste mercado é relativamente mais elevada para os agregados em que o indivíduo de referência pertence ao escalão etário dos 35 aos 44 anos, tem escolaridade ao nível do ensino superior e é trabalhador por conta de outrem com contrato sem termo certo, o que se explica, por um lado, pela maior necessidade de agregados mais jovens recorrerem ao crédito à habitação e, por outro, pela maior capacidade financeira dos trabalhadores com maiores níveis de escolaridade e situações laborais mais estáveis, que acedem por isso mais facilmente ao crédito hipotecário¹. Pode então concluir-se que não só mais de metade dos portugueses tem vivido exclusivamente dos seus recursos, como aqueles que recorrem ao crédito têm vivido de acordo com as suas possibilidades, que são bastante mais favoráveis.

¹ Banco de Portugal e Instituto Nacional de Estatística (2012), *op. cit.* A análise de Costa e Farinha (2012) a este inquérito confirma que a probabilidade de ter dívida é maior nos níveis mais elevados de rendimento e riqueza real, o que se explica quer pelo facto de estas famílias solicitarem mais crédito, quer pelo facto de verem os seus pedidos mais facilmente deferidos pela instituição de crédito. Este padrão também se observa em vários países da área euro, sendo bastante limitada a participação no mercado hipotecário de famílias do escalão mais baixo de rendimento. Cf. Sónia Costa e Luísa Farinha (2012), «O endividamento das famílias: uma análise microeconómica com base nos resultados do inquérito à situação financeira das famílias», *Relatório de Estabilidade Financeira*, Lisboa: Banco de Portugal, pp. 137-163.

O endividamento das famílias não é um problema comportamental, é um problema económico

É com a crise, com a recessão económica e com a fragilização dos setores mais vulneráveis que ela provoca que o endividamento das famílias portuguesas se está a tornar num grave problema social. Isto assim é porque a capacidade financeira das famílias depende do seu nível de rendimento e, mais especificamente, da evolução dos seus rendimentos durante a maturidade da dívida contraída.

Neste sentido, é necessário ter em conta duas questões. Em primeiro lugar, quando confrontamos a dívida das famílias com o rendimento, como fizemos acima, temos de ter presente que a dívida das famílias se refere a um encargo monetário que se reparte durante um período mais ou menos longo de tempo e que deverá ser pago com o rendimento auferido durante esse período (e não com rendimento gerado durante atividade produtiva do ano de referência). A comparação da dívida com o nível de rendimento disponível das famílias é, no entanto, útil para se ter uma ideia da magnitude da primeira e da sua evolução ao longo do tempo.

Em segundo lugar, e sem escamotear o facto de a dívida das famílias portuguesas ter crescido a um ritmo muito intenso desde meados dos anos 90 do século passado, é de notar que o PIB português também teve um comportamento medíocre desde então. O que quer dizer que o crescimento do peso da dívida das famílias no seu rendimento, a que aludimos acima, também se deve ao abrandamento da atividade económica.

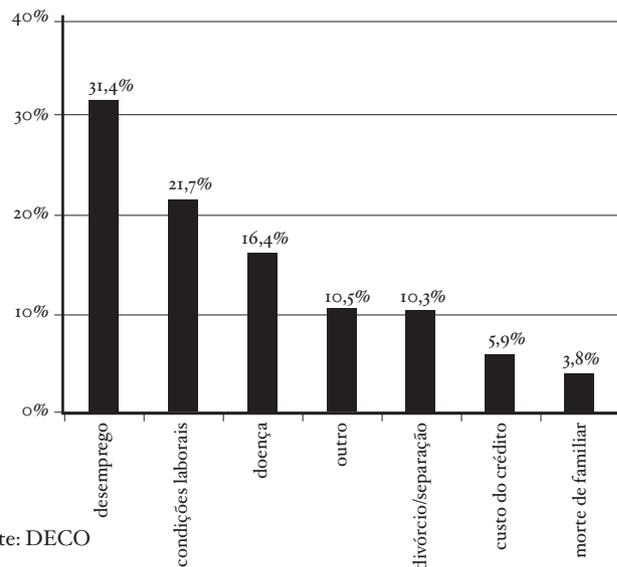
A crise tornou clara a relação entre a situação financeira das famílias e a situação económica do país. Com efeito, a rápida expansão do crédito em Portugal e o crescimento das taxas de endividamento das famílias portuguesas ao longo das duas últimas décadas estiveram sempre associadas a níveis bastante baixos de incumprimento. As maiores dificuldades só começaram a sentir-se com as medidas de austeridade geradoras de desemprego, promotoras de cortes salariais no setor público e de aumento da carga fiscal sobre a generalidade dos trabalhadores.

O aumento galopante dos novos pedidos de ajuda junto do Gabinete de Apoio ao Sobreendividado da DECO deve-se, por conseguinte, às medidas de austeridade que, no seu conjunto, contribuíram para o agravamento da condição financeira da generalidade das famílias portuguesas, estando as principais causas relacionadas com alterações da situação profissional, como o desemprego (31,4 por cento) e a deterioração das condições laborais (21,7 por cento), ou acontecimentos adversos que afetam a capacidade do agregado familiar para pagar as suas dívidas, entre eles, por exemplo, a doença de algum elemento da família (16,4 por cento) e o divórcio ou separação (10,3 por cento) (ver Gráfico 3)¹.

¹ Raquel Almeida Correia (2012), «Pedidos de ajuda de famílias em dificuldades quase duplicaram em janeiro deste ano», *Público* (<http://economia.publico.pt/Noticia/pedidos-de-ajuda-de-familias-em-dificuldades-quase-duplicaram-em-janeiro-153354>, consultado a 13/02/2012).

Gráfico 3

Razões que levaram as famílias a pedir ajuda à DECO (2011)



Fonte: DECO

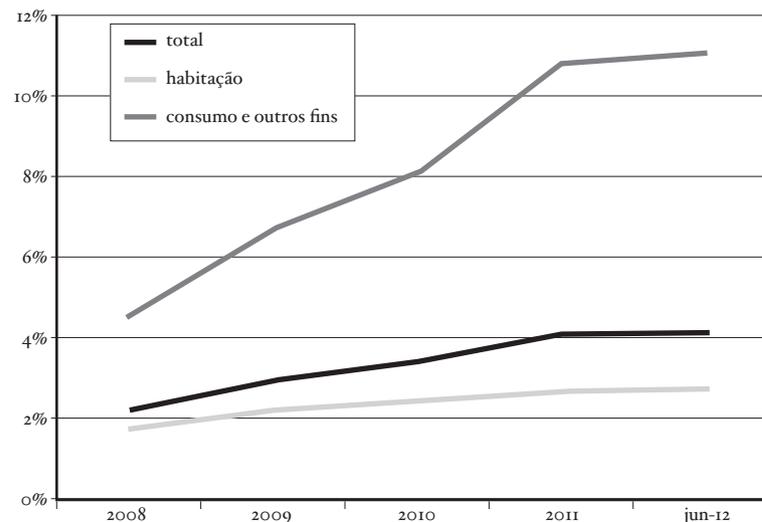
Foi igualmente com a crise que o crédito mal parado nas carteiras dos bancos disparou. A taxa de incumprimento do crédito ao consumo e outros fins mais do que duplicou o seu valor em apenas dois anos, passando de cerca de 4,5 por cento em 2008 para 11 por cento em junho de 2012¹. Estes níveis de incumprimento explicam-se, por um lado, pelo maior risco inerente a este tipo de dívidas, que não estão geralmente cobertas por bens; pelo facto de este tipo de crédito envolver as mais altas taxas de juro e *spreads*, no pouco regulado segmento do crédito ao consumo; e pelo seu maior

1 Banco de Portugal (novembro de 2012), *Relatório de Estabilidade Financeira*, Lisboa: Banco de Portugal.

grau de dispersão por famílias de rendimento baixo, devido ao menor valor dos montantes envolvidos¹. No entanto, este tipo de crédito não representa mais de 20 por cento do crédito contraído pelas famílias (ver Gráfico 4).

Gráfico 4

Crédito com incumprimento de particulares residentes (%)



Fonte: Banco de Portugal

O rácio de crédito à habitação com incumprimento também tem vindo a aumentar, mas continua relativamente contido (passando de 1,8 por cento para 2,8 por cento no mesmo período)². Para além da importância da habitação

1 Ver a este propósito Sónia Costa (2012), «Probabilidade de incumprimento das famílias: uma análise com base nos resultados do ISFF», *op. cit.*

2 Banco de Portugal (2012), *op. cit.*

na vida das famílias, que faz com que estas façam tudo para evitar falhar o pagamento da prestação da sua casa, o crédito à habitação é também o segmento de mercado mais bem regulado, que está associado a menores taxas de juro, que apresenta maior facilidade de gestão das condições de crédito (por exemplo, extensão do prazo de pagamento), e que se concentra nos escalões de maior rendimento.

Em 2010, o risco das famílias com crédito hipotecário continua baixo, a avaliar quer pela taxa de esforço das famílias (de 16 por cento), quer pelos valores relativamente moderados da taxa de endividamento (de 130 por cento)¹ e do rácio entre o valor da dívida e o valor da riqueza bruta das famílias (de 0,26), que continuam a indiciar uma boa capacidade de solvência das famílias num prazo mais ou menos longo². No entanto, para cerca de 13 por cento destas famílias endividadadas o valor mediano da taxa de esforço é superior a 40 por cento, sendo este valor especialmente elevado para o escalão mais baixo de rendimento (58 por cento) e extraordinariamente baixo para o escalão mais elevado de rendimento (1,2 por cento)³. Importa ainda referir que estes indicadores são relativamente baixos em Portugal, quando comparados com outros países da Zona Euro, contrariando, uma vez mais, a ideia provinciana de que o povo português é desgovernado⁴.

Estamos a assistir a uma quebra brutal dos rendimentos das famílias e a uma perda de direitos laborais e sociais sem

1 A «taxa de esforço» das famílias corresponde à percentagem do rendimento mensal destinada ao pagamento de juros e reembolso do capital em dívida. A «taxa de endividamento» corresponde à percentagem do valor da dívida no rendimento anual da família.

2 Sónia Costa e Luísa Farinha (2012), *op. cit.*

3 Banco de Portugal e Instituto Nacional de Estatística (2012), *op. cit.*

4 Eurostat (2011), *Statistics in Focus* 4/2011, European Union.

precedentes. A recessão económica, aliada ao endividamento das famílias, pode estar a aumentar as desigualdades sociais num dos mais desiguais países da União Europeia. Embora de forma insuficiente, até aqui o Estado social conseguia reduzir o risco de pobreza das famílias vulneráveis¹. Neste contexto de profunda crise económica, a deterioração programada do Estado social faz temer o pior. Mas é claro que esta situação não se deve ao comportamento desregrado dos mais pobres, que têm estado arredados do mercado de crédito. Como também é claro que, se as dificuldades financeiras das famílias portuguesas se devem ao contexto recessivo e à perda de poder de compra, gerada por sucessivas medidas de austeridade e quebras do contrato social, a solução para este problema terá de passar pela inversão do processo em curso, ou seja, pela promoção do emprego e por medidas que garantam maior estabilidade do rendimento e da despesa das famílias, bem como uma redução das assimetrias de poder na sua relação com o setor financeiro.

1 Em 2009, as transferências sociais do Estado e as pensões para as famílias permitiram reduzir a taxa de pobreza em 25,5 por cento, assumindo o valor de 17,9 por cento, e não os 43,4 por cento que se obteriam sem qualquer intervenção pública, cf. Carlos Farinha Rodrigues (coord.), Rita Figueira e Vítor Junqueira (2012), *Desigualdade Económica em Portugal*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.